

# salve o parque jardim américa



natureza  
urbana01





## INDICE

PAG. X - CLAIR IZINHO  
BENFICA: LAGOA DO NADO

PAG. X - GUSTAVO GAZZINI  
- SERRA DO GANDARELA

PAG. XX - LUCIA - FICA FICUS

PAG. XX - LUCIANA BRAGANCA

PAG. XX - NATACHA RENA:  
VIVA O COMUM DA RESISTÊNCIA  
MULTIDUNÁRIA! VIVA O  
PARQUE AUGUSTA!

PAG. X - MARCELO MAIA:  
AGRICULTURA URBANA

PAG. XX - MARI-  
MAR: MEIO AMBIENTE

PAG. X - RAISSA: MATA  
DO PLANALTO

PAG. XX - ROSE AQUINO:  
PARQUE JARDIM AMÉRICA



21.528 m<sup>2</sup>

ÚLTIMA ÁREA VERDE REMANESCENTE DA FAZENDA DAS GOIABEIRAS, QUE DEU ORIGEM AO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, EM 1929, COM ESPÉCIMES ARBÓREAS CENTENÁRIAS.



inúmeras

ESPÉCIES DE AVES E ANIMAIS VIVENDO NO ECOSISTEMA EXISTENTE.



qualidade

AMBIENTAL. UMA EXTENSÃO DE ÁREA ARBORIZADA E PERMEÁVEL DESTA PORTE PODE REDUZIR A TEMPERATURA DO AMBIENTE EM ATÉ 4 GRAUS, ALÉM DE GARANTIR A QUALIDADE DO AR E DO CICLO HÍDRICO,



2011

ANO EM QUE FOI PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO O PROCESSO DE PEDIDO DE LICENÇA PARA DESMATAAMENTO DA ÁREA VERDE SITUADA NA AV. BARÃO HOMEM DE MELO

gom&uja

DIANTE DE TAL PUBLICAÇÃO, O GRUPO ORGANIZADO DE MORADORES & USUÁRIOS DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA E ADJACENTES ENCAMINHAM ABAIXO ASSINADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO E À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DA ÁREA.

MPMG

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, EM APOIO À PRESERVAÇÃO DA ÁREA, PROPÕS AÇÃO CIVIL PÚBLICA, OBTENDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DE QUALQUER INTERVENÇÃO.

COMAM

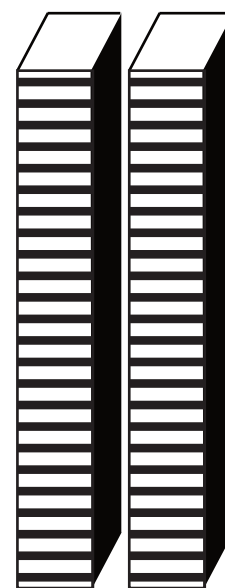
APESAR DAS REIVINDICAÇÕES, O PRÓPRIO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE) CONCEDEU LICENÇA PRÉVIA PARA A INTERVENÇÃO.

CÂMARA MUNICIPAL

EM AGOSTO DE 2014, NA QUARTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE VOTOU UNANIMAMENTE PELA PRESERVAÇÃO TOTAL DA ÁREA.

2015

GOM&UJA, COM O APOIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ENTIDADES FILANTRÓPICAS, REDES DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E REDES NACIONAIS DE PRESERVAÇÃO DOS PARQUES E ÁREAS VERDES, REUNE FORÇAS PARA AÇÕES E MANIFESTAÇÃO DO DESEJO DA COMUNIDADE, POR UMA BH COM MAIS PARQUES. FIQUE ATENTO!!! AJUDE NESTA CAUSA, ELA TAMBÉM É SUA!



23 ANDARES

276 APTOS

23 LOJAS

48 SALAS

752 VAGAS



trânsito

O IMPACTO DE UM EMPREENDIMENTO DESTA PORTE AGRAVARIA AINDA MAIS A SITUAÇÃO CAÓTICA DA MOBILIDADE NESTA REGIÃO: COM AS VIAS JÁ SATURADAS E SEM O INVESTIMENTO EM MEIOS ALTERNATIVOS E PLANEJAMENTO EFICIENTE DE TRANSPORTE, A POPULAÇÃO FICA REFÉM DO TRÂNSITO.









# Lagoa do Nado

POR CLAIR "IZINHO" BENEFICA

ÁREA IMPORTANTE PARA A CONSERVAÇÃO DA BIO-DIVERSIDADE, FAUNA, FLORA E BENS NATURAIS COMO A ÁGUA E O SOLO. É TAMBÉM UM RICO ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL, CRIANDO UMA HARMONIA ENTRE USO PÚBLICO E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

O Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, está localizado entre

os bairros Planalto e Itapoã, na região norte de Belo Horizonte MG, a uma altitude de 770m, Coordenadas geográficas (43º 57' 34" W, 19º 49' 56" S). Possui uma área de 300 mil m<sup>2</sup> e sua vegetação é constituída por três formações básicas: uma área de cerrado, um trecho de mata ciliar circundando uma lagoa de 2,2 hectares com profundidade máxima de 7 metros, formada pelo represamento da água de três nascentes localizadas dentro do parque e algumas áreas de eucaliptal com sub-bosques. O Córrego do Nado é um afluente do Córrego Vilarinho que deságua no Ribeirão da Onça, unindo-se ao Rio das Velhas, fazendo parte da Bacia do Rio São Francisco. Área importante para a conservação da biodiversidade, fauna, flora e bens naturais como a água e o solo. É também um rico espaço de manifestação cultural, criando uma harmonia entre uso público e a preservação do meio ambiente.

A primeira vez que se falou na construção do Parque foi em 1973, através de um decreto indicando a desapropriação da

área e que previa a destinação do espaço para a "construção de um Parque ou qualquer obra de interesse público". Entretanto em 1981, um decreto estadual desapropriou a área (propriedade da família Giannetti) destinando-o à construção de um conjunto habitacional. A partir daí iniciou-se a mobilização da comunidade local e as primeiras manifestações a favor da implantação do PMFLN, culminando com o surgimento da Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado (ACELN), ONG que liderou as negociações para criação definitiva do Parque.

A história da preservação dessa área se assemelha a tantas outras em nossa cidade, estado e país. Ameaçada pela degradação de suas nascentes no fim da década de 70 e pela especulação imobiliária no início da década de 80, o Parque Lagoa do Nado só existe devido à ação incansável da comunidade do entorno, que conseguiu mobilizar a população da Cidade de Belo Horizonte e vários atores e instituições nacionais e internacionais a favor da preservação desse espaço.

Costumamos dizer que o movimento em defesa da Lagoa do Nado, é uma ideia de vida, uma forma de viver. Respeita-

mos a diversidade sociocultural sendo firmes na ação colaborativa dos que se envolve no movimento, tendo a arte como forma de manifestar, a criatividade como combustível no dia a dia, a complementariedade na ação, a potencialização do que há de melhor em cada ser, o afeto, a compreensão e tolerância no trato com o outro, a horizontalidade nas decisões e contra a idolatria de lideranças. O acreditar que o respeito ao indivíduo nos leva a ser plurais, que posso e quero fazer o bem sem esperar nada em troca, que posso fazer por mim, por minha consciência, minha evolução, tem a ver com ética, com amor ao próximo e ao ambiente que vivemos. De algum modo, somos responsáveis pela vida sustentável das futuras gerações.

O movimento em defesa da Lagoa do Nado passou por vários momentos de pressão. Além do jeito de fazermos as coisas, um fator importante foi o de trabalharmos desde o começo com a mobilização de todos, principalmente a comunidade local, todos eram protagonistas desta história. Foi um processo lento e muito forte, não tínhamos tantos recursos tecnológicos de comunicação como existem nos tem-



pos atuais. Nossas interações aconteciam no corpo a corpo, no boca a boca, olho no olho, como ação natural e estratégia de formação, participação e mobilização.

Não excluimos ninguém em nossas mobilizações, atuamos juntos em todas as instâncias de organização da sociedade: Governo, executivo, legislativo e judiciário, em todas as esferas, Municipal, Estadual e Federal, além do setor empresarial, imprensa e os estabelecimentos de ensino. O fato de não partidarmos o movimento e não deixa-lo ser cooptado por nenhum partido, mesmo tendo a consciência que cada indivíduo, membro do movimento tinha sua liberdade de participação partidária, levou-nos a nadar contra a maré, já que grande parte dos movimentos sociais pós regime ditatorial, tinham sido engolidos pelo governo e ou partidos políticos da época, exceto algumas organizações principalmente as ligadas a igreja e as poucas entidades ambientalistas.

Esse foi nosso diferencial, construímos a história da Lagoa do Nado com o máximo de participação social e depois de vários anos, conseguimos cumprir todo o processo, desde a aquisição da área, elaboração do projeto até a implantação do Parque em 1994.

O Parque Lagoa do Nado era um exemplo de espaço público, onde a comunidade se sentia pertencente e se apropriava coletivamente tanto do uso público

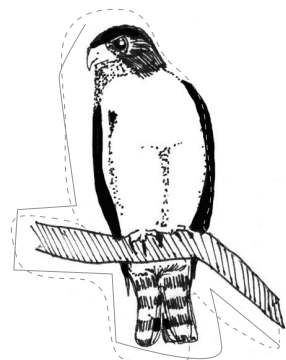
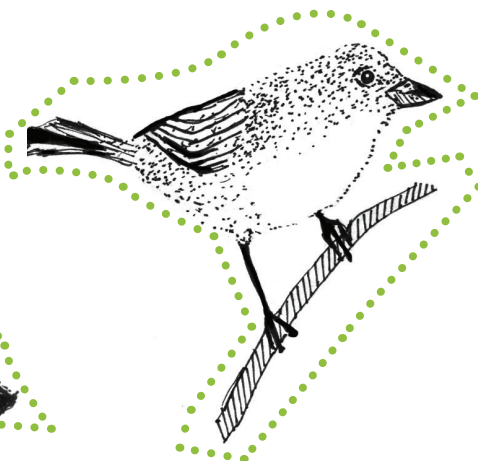
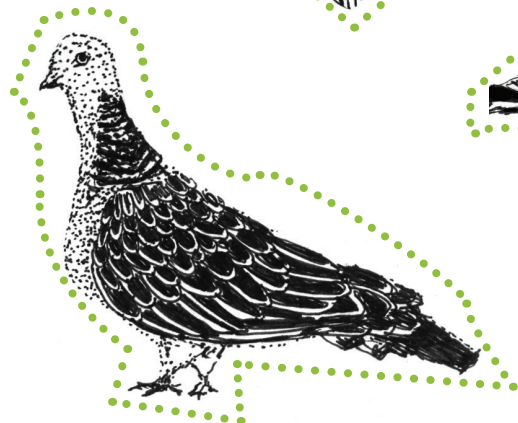
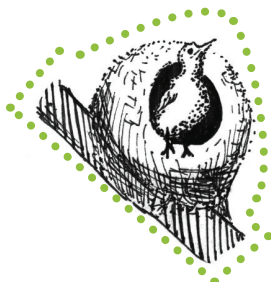
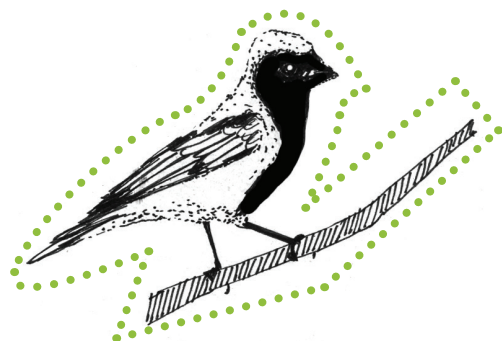
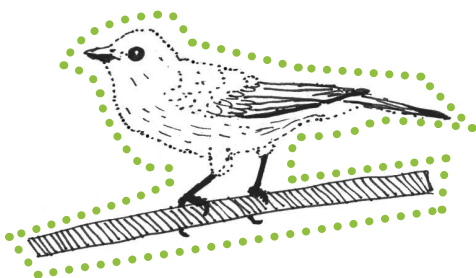
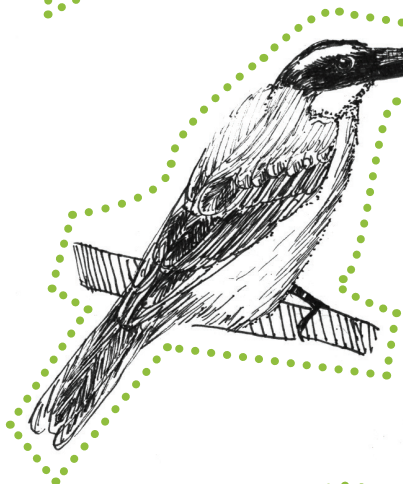
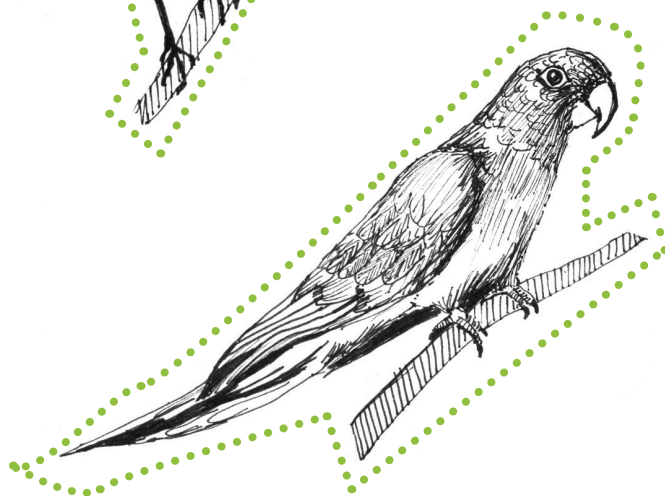
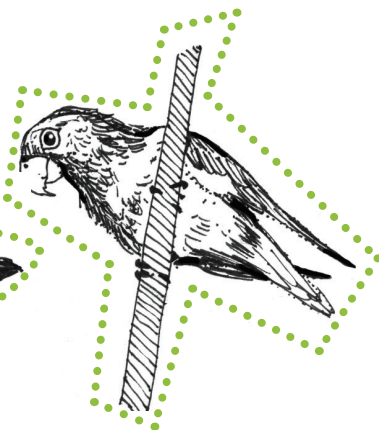
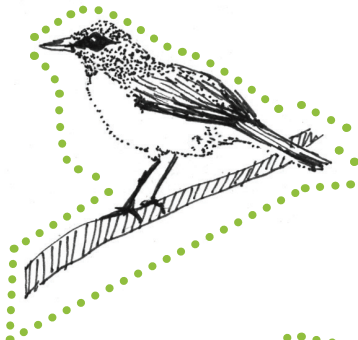
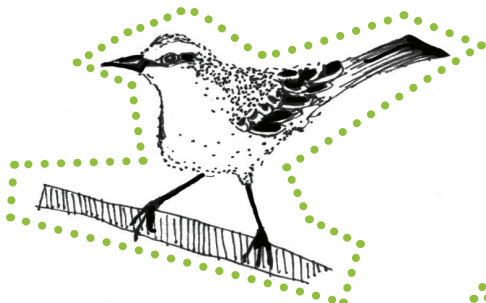
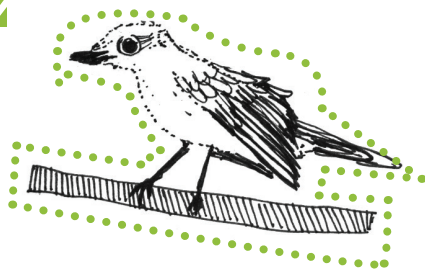
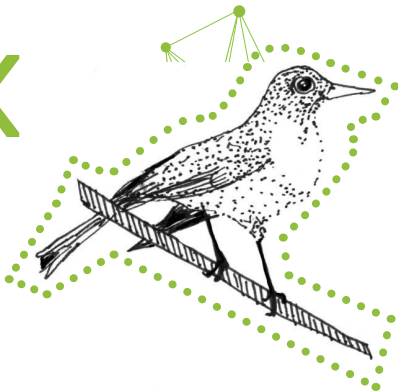
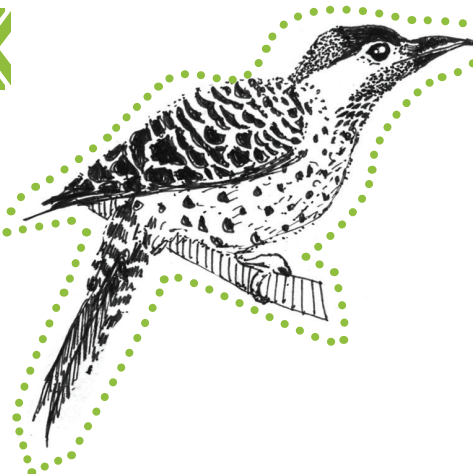
com o cuidado necessário a sua preservação. O envolvimento de qualquer frequentador mostrava a relação cidadã com o bem público. Falo no passado, pois infelizmente após a prefeitura de Belo Horizonte assumir a “gestão do espaço” os “gestores” fizeram e fazem de tudo para apagar a história e ou contá-la a partir da ótica do poder público. Hoje é um espaço da prefeitura e não mais aquele espaço público da comunidade. Parece que aquela máxima de que Governo oprime e afasta o cidadão, continua valendo. Os Parques e espaços públicos da cidade cada vez mais são privatizados pela Prefeitura, afastando o cidadão da utilização do bem comum. A confusão é tamanha, que os gestores da cidade não conseguem separar o público do privado, na realidade considera tudo como privado. Ou trata o público como seu exclusivamente, ou repassa o “direito de uso” a um grupo que o privatiza.

Temos que reinventar o cuidado com o que é de todos. Não sei se apenas uma reforma Política resolva essa questão tão próxima do dia a dia de cada um de nós. Além da reforma das instituições governamentais (executivo, legislativo e judiciário) precisamos reeducarmos para viver em comunidade em um ambiente que cada vez mais degradamos. Nossa casa maior, o planeta terra, está avisando que do jeito que

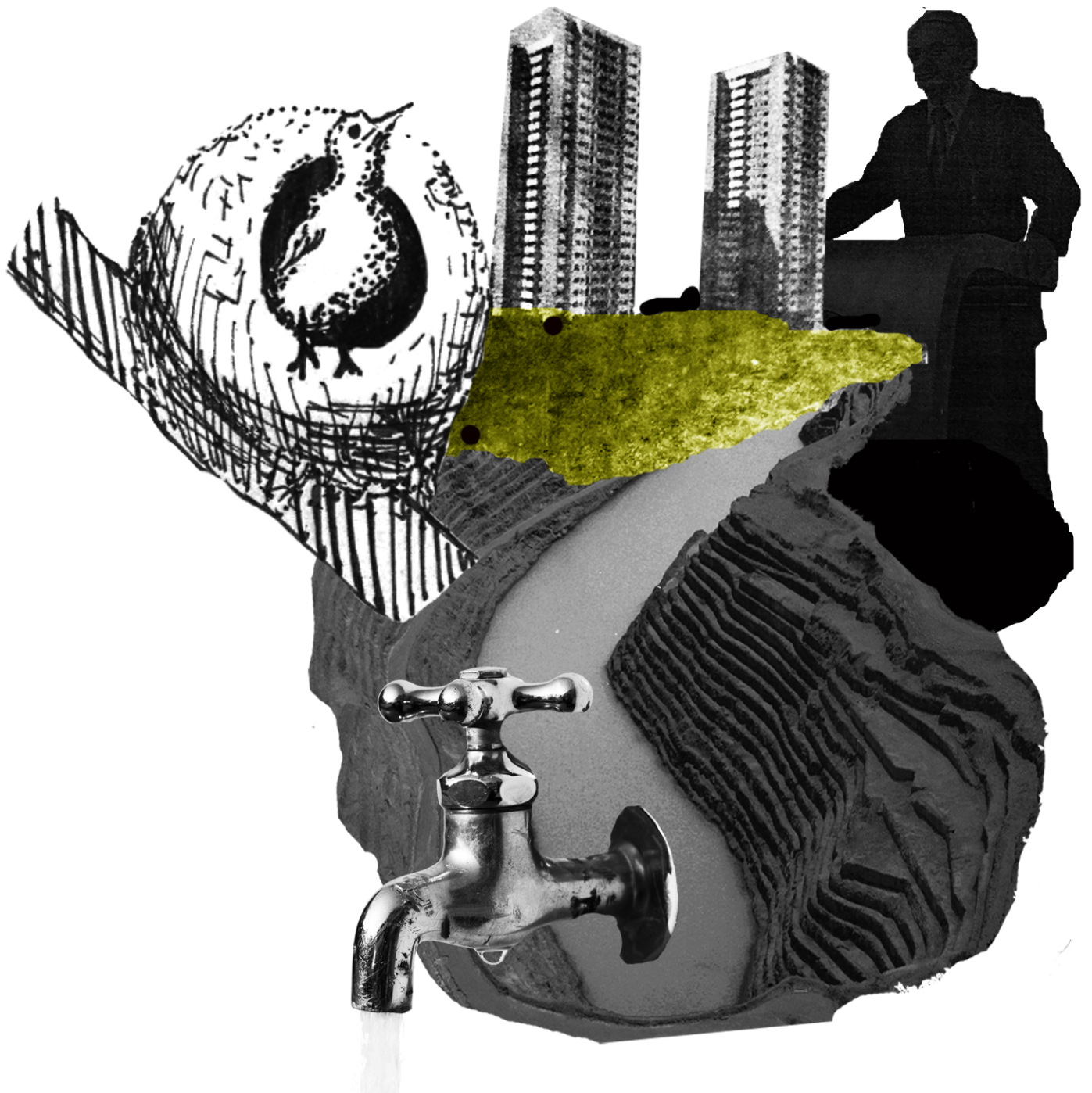
estamos indo não chegaremos muito longe. Em nosso espaço micro de convivência precisamos de novas atitudes ou quem sabe um novo jeito de Ver, sentir e Cuidar da Vida.

A Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, cuida de um pedaço pequeno do planeta, com muito amor. E todos que se envolvem nesse movimento vivem a esperança de um mundo colaborativo. A atitude respeitosa com todos os seres é que nos proporciona evoluirmos para uma ética do bem comum e da felicidade.











# A luta por uma serra da gandarela da coletividade

POR GUSTAVO GAZZINELLI

"GARANTIR A PRESERVAÇÃO DE AMOSTRAS DO PATRIMÔNIO BIOLÓGICO, GEOLÓGICO, ESPELEOLÓGICO E HIDROLÓGICO ASSOCIADO ÀS FORMAÇÕES DE CANGA DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO, INCLUINDO OS CAMPOS RUPESTRES E OS REMANESCENTES DE FLORESTA SEMI-DECIDUAL, AS ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS E O CONJUNTO CÊNICO CONSTITUÍDO POR SERRAS, PLATÔS, VEGETAÇÃO NATURAL, RIOS E CACHOEIRAS." (ICMBIO)

A defesa da Serra do Gandarela situada a sudeste de Belo Horizonte, entre os municípios de Caeté, Santa Bárbara e Rio Acima, ganhou força em 2007, quando movimentos sociais da região detectaram as ameaças que pairavam sobre este importante conjunto natural e cultural – hidrológico, eco e geossistêmico, arqueológico, paleontológico e paisagístico.

Desde iniciativas de avaliação de áreas prioritárias para conservação em Minas Gerais e no Brasil, nos anos 1990 e 2000, a região conhecida como Quadrilátero Ferrífero é em boa parte abarcada pelo decreto estadual que criou a Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul-RMBH), com o objetivo de “proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da Região Metropolitana”. Em 1996, o decreto estadual 37.812 alterou o de 1994, firmando dentre outras medidas a realização de zoneamento ecológico-econômico da

APA-Sul, que deveria indicar “as atividades a serem encorajadas em cada zona e as que deverão ser limitadas, restringidas ou proibidas”.

Em 2004 e, reiteradamente, em 2007, o Quadrilátero Ferrífero (QF) é reconhecido como área brasileira com prioridade de conservação “extremamente alta” pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A ficha do QF aponta como características dele a “formação geológica única”, os “endemismos de fauna e flora” (campos rupestres ferruginosos) e o fato de “abrigar importantes mananciais de abastecimento da RMBH”. A mineração e a urbanização são apontadas como ameaças.

Em 2006 e 2008 foram instituídos respectivamente a Lei 11.428, “sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica” e o Decreto 6660, que a regulamentou. A lei e o decreto tratam das “formações florestais nativas e ecossistemas [a elas] associados”. O bioma da Mata Atlântica não deve ser visto, portanto, como somente constituído pelas formações flor-

estais que lhe são inerentes (as florestas ombrófilas Densa, Aberta e Mista, também denominada Mata de Araucárias, e as florestas estacionais Decidua e Semidecidua, esta última mais característica de nossa região). Ele é também formado pelos “campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interiores e encaves florestais [...]; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas” associados a estas formações florestais. Nos anos 2000, os municípios que compõem a Serra do Gandarela estabeleceram planos diretores, ressaltando sua relevância natural e turística e a necessidade de proteção de seus atributos, as formações geológicas e botânicas raras, os mananciais e cachoeiras que nascem nas vertentes das bacias dos rios das Velhas e Piracicaba, e o potencial ecoturístico e de promoção do desenvolvimento limpo neste território.

Este é um contexto positivo que justifica a proteção da Ser-

ra do Gandarela. O contexto negativo que também justifica sua proteção é o licenciamento desmedido da atividade mineradora em toda a região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, o que coloca em questão as premissas da criação da APA Sul e a definição desta área prioritária para conservação, de acordo com o MMA. Na verdade, a criação da APA Sul, até hoje, não teve nenhuma eficácia como instrumento de proteção e as áreas que hipoteticamente ficariam proibidas de determinados usos nunca foram estabelecidas pelo governo estadual, desde a instituição da APA, há mais de 20 anos.

Neste sentido, em 2007, a Vale S.A. usou de subterfúgios para obter o licenciamento de um projeto que dizia ser pequeno, mas que na verdade almejava minerar toda a extensão da serra do Gandarela. As artimanhas jurídicas da empresa, em associação com agentes do Estado, foram rapidamente detectadas por movimentos sociais que até hoje lutam em defesa desta serra. Em 2007, uma primeira denúncia foi apresentada ao Ministério Público Estadual que prontamente atuou e conseguiu evitar que o pior acontecesse.

Uma dissertação de mestrado propondo a criação de uma unidade de conservação na serra do Gandarela estava em andamento e os movimentos aproveitaram a abertura para recepção de propostas de criação de parques no âmbito federal, para apresentar o projeto. A proposta foi bem recebida pelo Instituto

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que empenhou esforços para conhecer melhor a área e fazer a proposta do parque nacional.

A Vale também correu com o Estudo de Impacto Ambiental para implementação do que batizou como projeto Apolo. A ideia da empresa era aprovar um grande projeto, mas ainda assim de escala menor do que suas reais pretensões, desmascaradas durante a realização de audiências públicas e reuniões de conselhos.

À medida que ficou mais clara a importância estratégica da Serra do Gandarela para o abastecimento presente e futuro da RMBH, à medida que se entendeu que boa parte do Quadrilátero está comprometido e prometido à atividade mineradora, cresceu a adesão à campanha pela criação do Parque Nacional e, posteriormente, para que parte deste parque fosse tratada como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), atendendo a pedidos de comunidades dos municípios de Santa Bárbara e Barão de Cocais que demandaram a continuidade de algumas atividades (apicultura, coleta de musgos etc) no interior do território.

A defesa da Serra do Gandarela, situada a sudeste de Belo Horizonte, entre os municípios de Caeté, Santa Bárbara e Rio Acima, ganhou força em 2007, quando movimentos sociais da região detectaram as ameaças que pairavam sobre este importante conjunto natu-

ral e cultural – hidrológico, eco e geossistêmico, arqueológico, paleontológico e paisagístico.

Desde iniciativas de avaliação de áreas prioritárias para conservação em Minas Gerais e no Brasil, nos anos 1990 e 2000, a região conhecida como Quadrilátero Ferrífero é em boa parte abarcada pelo decreto estadual que criou a Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul-RMBH), com o objetivo de “proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da Região Metropolitana”. Em 1996, o decreto estadual 37.812 alterou o de 1994, firmando dentre outras medidas a realização de zoneamento ecológico-econômico da APA-Sul, que deveria indicar “as atividades a serem encorajadas em cada zona e as que deverão ser limitadas, restringidas ou proibidas”.

Em 2004 e, reiteradamente, em 2007, o Quadrilátero Ferrífero (QF) é reconhecido como área brasileira com prioridade de conservação “extremamente alta” pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A ficha do QF aponta como Nestes anos, ficou clara a relevância ecológica da área originalmente proposta para o Parque Nacional: com a segunda maior área contínua de Mata Atlântica de Minas Gerais (a primeira é o Parque Estadual do Rio Doce) e as maiores áreas de cangas ferruginosas ainda preservadas do QF, associadas





às formações florestais. A combinação destas florestas com as cangas ferruginosas, e sua proximidade com um grande centro urbano, como a RMBH, é que tornaram essa área merecedora da condição de unidade de conservação federal. Como parque nacional é a única com estes atributos instituída no Brasil.

Desde os anos 1990, estudos revelam que as jazidas de minério de ferro (formação Cauê) são os principais aquíferos desta região (aquíferos Cauê). Quanto maior o teor do mineral da jazida, maior a capacidade de armazenamento de água. As jazidas/aquíferos ferruginosos não explorados pela mineração ainda o serviço de limpar a água que recarrega seus interstícios, sendo depois servida em altíssima qualidade nas nascentes locais. Esta constatação enseja que doravante tratemos esta região como ela merece, do ponto de vista da maior parte da nossa população – um Quadrilátero Aquífero e Ferrífero (QAF), de onde vem mais de 80% da água de abastecimento público da RMBH.

Preservar os aquíferos e a biodiversidade que está sobre eles na Serra do Gandarela ou permitir que este patrimônio seja usurpado de forma totalmente desequilibrada por uma ativi-

dade que já consumiu e comprometeu toda nossa região é o que está agora em jogo.

O decreto da presidente Dilma criando o Parque Nacional da Serra do Gandarela só atendeu parcialmente ao propósito de proteção deste bem coletivo que deve ser guardado na sua integridade para glória da presente e usufruto das futuras gerações.

Ficou claro que nas negociações finais do governo para a criação deste parque, só foram ouvidos a Vale, o Instituto Brasileiro de Mineração e seus lobistas (deputado Gabriel Guimarães, entre outros) e o governo Anastasia, que se empenharam para proteger os interesses da Vale S.A. e de outras mineradoras.

Há momentos em que a conciliação torna-se impraticável. O governo federal, por muito pouco, não fez uma grande realização, mas este pouco é o suficiente para que não haja acordo, mas nos dá a esperança de que o bom senso no final prevalecerá.







# VIVA O COMUM DA RESISTENCIA MULTIDUTINARIA! viva o parque augusta!

POR NATACHA RENA  
PROFESSORA

ÁREA IMPORTANTE PARA A CONSERVAÇÃO DA BIO-DIVERSIDADE,  
FAUNA, FLORA E BENS NATURAIS COMO A ÁGUA E O SOLO. É  
TAMBÉM UM RICO ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL, CRIANDO UMA  
HARMONIA ENTRE USO PÚBLICO E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

**O** Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, está localizado entre

os bairros Planalto e Itapoã, na região norte de Belo Horizonte MG, a uma altitude de 770m, Coordenadas geográficas (43º 57' 34" W, 19º 49' 56" S). Possui uma área de 300 mil m<sup>2</sup> e sua vegetação é constituída por três formações básicas: uma área de cerrado, um trecho de mata ciliar circundando uma lagoa de 2,2 hectares com profundidade máxima de 7 metros, formada pelo represamento da água de três nascentes localizadas dentro do parque e algumas áreas de eucaliptal com sub-bosques. O Córrego do Nado é um afluente do Córrego Vilarinho que deságua no Ribeirão da Onça, unindo-se ao Rio das Velhas, fazendo parte da Bacia do Rio São Francisco. Área importante para a conservação da biodiversidade, fauna, flora e bens naturais como a água e o solo. É também um rico espaço de manifestação cultural, criando uma harmonia entre uso público e a preservação do meio ambiente.

A primeira vez que se falou na construção do Parque foi em 1973, através de um decreto indicando a desapropriação da área e que previa a destinação do espaço para a "construção de um Parque ou qualquer obra de interesse público". Entretanto em 1981, um de-

creto estadual desapropria a área (propriedade da família Giannetti) destinando-o à construção de um conjunto habitacional. A partir daí iniciou-se a mobilização da comunidade local e as primeiras manifestações a favor da implantação do PMFLN, culminando com o



surgimento da Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado (ACELN), ONG que liderou as negociações para criação definitiva do Parque.

A história da preservação dessa área se assemelha a tantas outras em nossa cidade, estado e país. Ameaçada pela degradação de suas nascentes no fim da década de 70 e pela especulação imobiliária no início da década de 80, o Parque Lagoa do Nado só

existe devido à ação incansável da comunidade do entorno, que conseguiu mobilizar a população da Cidade de Belo Horizonte e vários atores e instituições nacionais e internacionais a favor da preservação desse espaço.

Costumamos dizer que o movimento em defesa da Lagoa do Nado, é uma ideia de vida, uma forma de viver. Respeitamos a diversidade sociocultural sendo firmes na ação colaborativa dos que se envolve no movimento, tendo a arte como forma de manifestar, a criatividade como combustível no dia a dia, a complementariedade na ação, a potencialização do que há de melhor em cada ser, o afeto, a compreensão e tolerância no trato com o outro, a horizontalidade nas decisões e contra a idolatria de lideranças. O acreditar que o respeito ao indivíduo nos leva a ser plurais, que posso e quero fazer o bem sem esperar nada em troca, que posso fazer por mim, por minha consciência, minha evolução, tem a ver com ética, com amor ao próximo e ao ambiente que vivemos. De algum modo, somos responsáveis pela vida sustentável das futuras gerações.

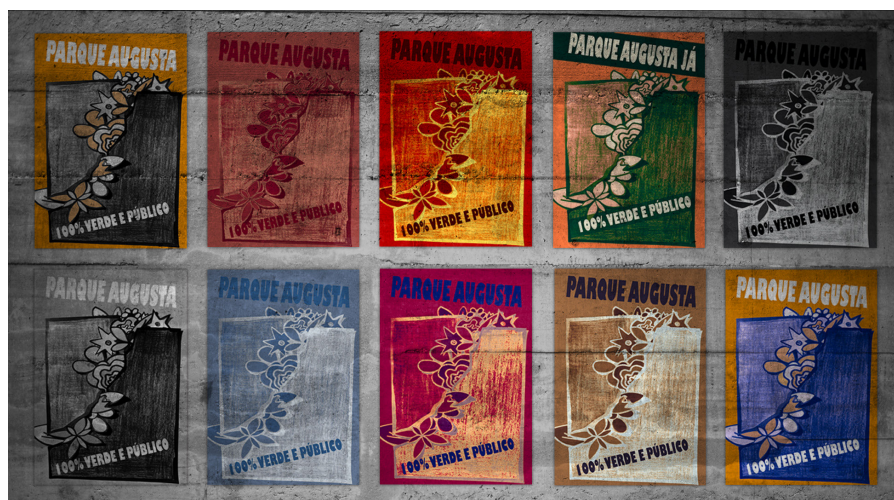
O movimento em defesa da Lagoa do Nado passou por vários momentos de pressão. Além do jeito de fazermos as coisas, um fator importante foi o de trabalharmos desde o começo com a mobilização de todos, principalmente a comu-

nidade local, todos eram protagonistas desta história. Foi um processo lento e muito forte, não tínhamos tantos recursos tecnológicos de comunicação como existem nos tempos atuais. Nossas interações aconteciam no corpo a corpo, no boca a boca, olho no olho, como ação natural e estratégia de formação, participação e mobilização.

Não excluímos ninguém em nossas mobilizações, atuamos juntos em todas as instâncias de organização da sociedade: Governo, executivo, legislativo e judiciário, em todas as esferas, Municipal, Estadual e Federal, além do setor empresarial, imprensa e os estabelecimentos de ensino. O fato de não partidarizarmos o movimento e não deixa-lo ser cooptado por nenhum partido, mesmo tendo a consciência que cada indivíduo, membro do movimento tinha sua liberdade de participação partidária, levou-nos a nadar contra a maré, já que grande parte dos movimentos sociais pós regime ditatorial, tinham sido engolidos pelo governo e ou partidos políticos da época, exceto algumas organizações principalmente as ligadas a igreja e as poucas entidades ambientalistas.

Esse foi nosso diferencial, construímos a história da Lagoa do Nado com o máximo de participação social e depois de vários anos, conseguimos cumprir todo o processo, desde a aquisição da área, elaboração do projeto até a implantação do Parque em 1994.

O Parque Lagoa do Nado era um exemplo de espaço público, onde a comunidade se sentia pertencente e se apropriava coletivamente tanto do uso público com o cuidado necessário a sua preservação. O envolvimento de qualquer frequentador mostrava a relação cidadã com o bem público. Falo no passado, pois infelizmente após a prefeitura de Belo Horizon-



te assumir a “gestão do espaço” os “gestores” fizeram e fazem de tudo para apagar a história e ou contá-la a partir da ótica do poder público. Hoje é um espaço da prefeitura e não mais aquele espaço público da comunidade. Parece que aquela máxima de que Governo oprime e afasta o cidadão, continua valendo. Os Parques e espaços públicos da cidade cada vez mais são privatizados pela Prefeitura, afastando o cidadão da utilização do bem comum. A confusão é tamanha, que os gestores da cidade não conseguem separar o público do privado, na realidade considera tudo como privado. Ou trata o público como seu exclusivamente, ou repassa o “direito de uso” a um grupo que o privatiza.

Temos que reinventar o cuidado com o que é de todos. Não sei se apenas uma reforma Política resolva essa questão tão próxima do dia a dia de cada um de nós. Além da reforma das instituições governamentais (executivo, legislativo e judiciário) precisamos reeducarmos para viver em comunidade em um ambiente que cada vez mais degradamos. Nossa casa maior, o planeta terra, está avisando que do jeito que estamos indo não chegaremos muito longe. Em nosso espaço micro de convivência precisamos de novas atitudes ou quem sabe um novo jeito de Ver, sentir

e Cuidar da Vida.

A Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, cuida de um pedaço pequeno do planeta, com muito amor. E todos que se envolvem nesse movimento vivem a esperança de um mundo colaborativo. A atitude respeitosa com todos os seres é que nos proporciona evoluirmos para uma ética do bem comum e da felicidade.

## REFERÊNCIAS TEÓRICAS

- HARDT, M.; NEGRI, A.** Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARDT, M., NEGRI, T;** Commonwealth. Cambridge e Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- PELBART, P. P.** Vida capital. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo. 2003.

\*texto de Natacha Rena, arquiteta urbanista e designer, doutora em comunicação e semiótica pela PUC-SP, Professora do Curso de Arquitetura da EAUFMG e compõe o Grupo de Pesquisa INDISCIPLINAR (CNPQ\_UFMG) e o projeto Mapeando o Comum.